



**PÃO E PAZ**

Associação de Solidariedade Social

**2016**



## Relatório – Índice

1 – Introdução

2 – Ajudas

2.1 Alimentares

2.2 Não Alimentares

3 – Utentes

4 - Voluntários

5 – Breve Análise Contabilística

6 – Conclusão

Anexos:

Balanço

Demonstração de resultados

Anexo às Demonstrações Financeiras



## 1 – Introdução

No início do ano de 2016 a Pão e Paz teve, por pouco tempo, a necessidade de manter a lista de espera criada em 2014. Após o primeiro mês do ano verificou-se um decréscimo significativo no número de utentes o que levou à extinção dessa mesma lista e permitindo um apoio imediato de quem procura ajuda.

Tal como desde a sua génese, a Pão e Paz vive da quotização dos seus associados e de donativos financeiros e em géneros de pessoas/entidades que conhecem a realidade tão premente que se vive diariamente nas nossas instalações.

Durante o ano 2016, continuámos à procura de um espaço onde se pudesse concretizar todos os objetivos estatutários a que nos propusemos pois ambicionamos dar uma resposta mais completa e global aos nossos utentes e, apesar das instalações onde nos encontramos terem sofrido algumas melhorias, têm-se revelado insuficientes.

Assinalámos, pela 10ª vez o aniversário da abertura do nosso Refeitório com um almoço comemorativo nas nossas instalações proporcionando a todos um momento de convívio e agradecimento a Deus por esta dádiva.

Continuámos a realizar, o já tradicional Almoço de Natal. O evento decorreu no Monte Alentejano dia 23 de Dezembro e pudemos contar com a animação do Grupo “**Vozes dos Canaviais**”. Podemos contar mais um ano com a presença do **Sr. Arcebispo de Évora**. Também marcou presença o **Sr. Presidente da CME de Évora**, bem como os seus **vereadores** que ajudaram no Serviço de Mesa. Como já é habitual o prato principal, bacalhau com espinafres, foi-nos doado pelo **ÉvoraHotel, Hotel Convento do Espinhéiro, Hotel D. Fernando, Hotel Mar de Ar, Hotel Vila Galé e Pousada dos Lóios**. Também podemos contar com o apoio de algumas pastelarias, escolas e empresas para proporcionar um reforço dos alimentos distribuídos na época natalícia.



## 2 - Ajudas em Géneros

### 2.1 – Alimentares

#### Banco Alimentar Contra a Fome

A Pão e Paz continua a beneficiar do apoio do Banco Alimentar. Para além dos cabazes mensais constituídos, essencialmente, por bens não perecíveis como leguminosas secas, leite, arroz, massas, bolachas, enlatados, óleo, azeite entre outros, recebemos também apoios especiais de fruta, vegetais e carne fresca ou congelada. No ano de 2016 recebemos um total de 7.025,57Kg de produtos desta entidade, verificando-se um pequeno aumento face a 2015.

#### SolSal – Serviços Sociais Salesianos

A SolSal associou-se ao programa Desperdício Zero. Em Abril de 2016 a Pão e Paz foi convidada a integrar o referido programa, o que aceitamos. Ficámos assim a beneficiar de parte da recolha que a SolSal efectua nas superfícies comerciais aderentes. Regularmente recebemos, principalmente, sopas e iogurtes.

#### Outros

A Pão e Paz, neste ano de 2016, continuou a merecer o apoio regular das mais variadas instituições, empresas e particulares, em géneros alimentares destinados quer à confecção das refeições quer a doar directamente aos utentes. Especial relevância para:

**Evoralimentar, SA.** – variados géneros foram recebidos desta empresa e constaram, entre outros, de margarinas, bolachas, cereais;

**Fundação Eugénio de Almeida** – como vem sendo habitual, 2016 foi mais um ano em que contámos com uma ajuda que nos é tão preciosa, o azeite;

**Jerónimo José Mendes & Fos, Lda. e Rita Rosado Mendes** – Destas empresas continuámos a merecer apoio, através de donativos de pão;

**Pãezinhos Doces (Escoural)** – Também daqui nos chegaram, durante 2016, tal como em anos anteriores, donativos de pão;

**Pingo Doce, SA. – Est. Nac. 114** – as suas doações foram uma constante em 2016, e foram compostas por, essencialmente, iogurtes, cereais, fiambre, manteiga, queijo e outros géneros em fim de prazo.

Para além dos donativos em espécie, o Pingo Doce disponibilizou-nos o seu espaço para recolha de géneros. Em 4 recolhas que programámos, com a ajuda de voluntários, angariámos um total de 1.937 kg. de alimentos.

**Vitória Stone Hotel** Quase diariamente recolhemos deste hotel pão, bolos e outros .



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

Muitos outros, pontualmente, nos fizeram chegar a sua ajuda. Foram ainda, anonimamente, recebidos donativos de valor considerável. Neste grupo encontram-se os anónimos propriamente ditos mas, a maioria, são de donatários identificados mas que não quiseram recibos.

## 2.2 Não Alimentares

### Outros

Novamente o “Passeio Solidário Angelminds” organizado anualmente pelos irmãos Rosado teve uma componente solidária, a favor da Pão e Paz. Para além de produtos alimentares foram-nos entregues diversos artigos de vestuário e escolares que entregámos aos nossos utentes.

Artigos destinados aos nossos utentes e também para serem rifados durante a Feira de S. João e apoios a outros eventos, foram-nos doados por algumas empresas, merecendo-nos destaque **Amenities Exclusivas, SA., Delta Cafés, Sovena Portugal, SA., Esporão, SA. e Evoracor, Lda.**

## 3 - Utentes

A Pão e Paz registou no ano de 2016 um decréscimo significativo do número de utentes. Deixou de haver necessidade de lista de espera visto que a procura de apoio alimentar decresceu, já que assistimos ao atenuar da crise financeira e com o Programa de Emergência Alimentar promovido pelo Instituto de Segurança Social surgiram outros refeitórios/ cantinas sociais, o que levou à dispersão dos utentes. Assim, em 2016, a média de utentes por refeição foi de 102, sendo que o mês em que se verificou um maior pico de refeições distribuídas foi em Janeiro.

Fazendo uma breve caracterização dos utentes que recorrem há Pão e Paz, grande parte dos agregados vivem acompanhados (com elementos de 2 ou 3 pessoas) e são ou pensionistas (seja por invalidez ou por velhice) ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Também temos um número elevado de utentes que não tem qualquer fonte de rendimentos pois estão penalizados devido ao incumprimento das medidas de inserção estabelecidas na assinatura do protocolo RSI. Temos ainda casos de famílias numerosas (agregados de 5,6 e 7 pessoas) onde coabitam diversas gerações na mesma habitação. Em menor número, mas ainda com alguma expressão temos agregados familiares em que pelo menos um dos seus membros trabalha, embora esse ordenado seja insuficiente para fazer face às despesas mensais. Nestes casos são famílias que se encontram sobre-endividadadas devido a créditos contraídos e que por diversas situações (seja saúde, profissional) ficaram incapazes de fazer face a essas prestações, deixando-os numa situação precária.

Os problemas que atingem as famílias apoiadas são cada vez mais intrínsecos e complexos e necessitam de uma abordagem holística que só é possível trabalhando em rede com as diversas



entidades que apoiam, noutras áreas (saúde, habitação...) os nossos utentes. Grande parte deles gastam o seu orçamento familiar com a habitação, outros têm rendas em atraso e ações de despejo a decorrer. Quase todos os utentes estão inscritos na HabÉvora, mas a lista de espera é longa... Existem também casos pontuais de utentes em situação de sem-abrigo que carecem de uma intervenção multidisciplinar e global...

Uma das realidades que também começa a ter alguma expressão, são os jovens com mais de 18 anos que não apresentam qualquer tipo de ocupação (seja formativa ou laboral) e que vivem dependentes de outros familiares, o que ainda agrava mais o orçamento familiar. Estas situações arrastam-se por vários anos, não havendo uma emancipação/capacitação que leve à autonomia do jovem. Apesar de existirem algumas respostas (Centro de Emprego e Formação Profissional, CLDS) grande parte destes jovens não tem motivação nem rotinas que facilitem essa inserção.

Continuamos a servir diariamente refeição completa para o almoço, complemento para o jantar (constituído por sopa, pão e fruta) e distribuímos habitualmente leite, cereais, iogurtes, bolachas, etc, dependendo sempre dos donativos que recebemos.

**No ano de 2016 a Pão e Paz serviu um total de 60.340 refeições.**

#### 4 – Voluntários

O trabalho voluntário continua a ser importantíssimo para conseguirmos alcançar os nossos objectivos. Neste ano de 2016 continuámos a contar com o voluntariado para as mais diversas áreas, principalmente no que diz respeito ao apoio diário no refeitório. Também no respeitante à recolha diária de donativos continuámos dependentes de quem para essa tarefa se voluntariou, com viatura própria. Em diversos eventos levados a cabo foi também preponderante o trabalho dos voluntários.

Em 2016 o Site da Pão e Paz foi reformulado. Para além de nos ser útil na divulgação do nosso e também obrigatório. Está, já desde o seu início, a cargo do nosso voluntário **Carlos Camejo**.

Em relação aos postos de trabalho contratados, para além da Técnica de Serviço Social, Cozinheira e Ajudante de Cozinha voltámos a contratar, ao abrigo do programa CEI+, com apoio do Centro de Emprego, um posto de trabalho para o serviço de secretaria, apoio social, etc., posto de trabalho este que já se mostrou imprescindível.

A responsabilidade dos serviços de gestão, apoio administrativo e de tesouraria continuaram também em 2016 a ser de responsabilidade da direcção, sem que para isso tivesse havido alguma remuneração.

Todos os restantes serviços, necessários ao desenvolvimento da atividade da associação foram, nomeadamente os serviços de apoio à cozinha, serviço de mesa, motoristas e outros, executados por voluntários.



No quadro seguinte poderemos avaliar o tão significativo trabalho voluntário, em termos de custos evitados. Os valores são meramente indicativos, pois não têm qualquer registo contabilístico.

Funções Desempenhadas	Nº Voluntários	Total Horas	Valor Hora	Valor Total
Serviços de Cozinha	66	2604.5	2.91€	7579.10€
Serviços de Escritório	1	590	2.92€	1722.80€
Serviços de Motorista	9	526	2.92€	1535.92€
Serviços de Aj. Motorista	1	141.5	2.91€	411.77€
Serviços de Mesa	50	281.5	2.91€	819.17€
Serviços de Limpeza	4	240.5	2.91€	699.85€
Serviços de Manutenção	3	37.5	2.80€	105.00€
<b>Totais</b>	<b>134</b>	<b>4421.5</b>		<b>12873.61€</b>

De referir também que, para além do trabalho executado por voluntários, a Pão e Paz beneficiou ainda, neste ano de 2016, de **trabalho comunitário**. Foram efectuadas **331:15 horas de apoio à cozinha e limpeza**, por três prestadores.

## 5 – Breve Análise Contabilística

Em Outubro de 2015 foi previsto para 2016 um resultado líquido de 280,09€. Conseguimos, através de alguns valores recebidos com que não tínhamos contado, como foi o caso do Subsídio da



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

CME e ainda da resposta positiva a alguns pedidos que efectuámos, terminar o ano com um Resultado Líquido de 8,616,61€.

### GASTOS

Com um desvio de apenas 3,34%, no total, os gastos não fugiram demasiado aquilo que tínhamos previsto. De destacar o aumento de 10,10% no Custo das Mercadorias. Este custo depende muito dos donativos que nos chegam em géneros. Quando estes donativos aumentam, o mesmo se verifica nos custos. Nos Fornecimentos e Serviços Externos o desvio total foi de +8,42%, e aconteceu principalmente por um aumento de Água e Combustível. Em contrapartida, em Gastos com o Pessoal gastámos menos 8,41%. Este desvio tem que ver com a contratação do CEI+ cuja aprovação só aconteceu em Dezembro, tendo o anterior terminado em Junho.

### RENDIMENTOS

Em 2016 não tínhamos previsão para venda de livros. Isso veio a acontecer, tendo saído **livros** no valor total de **500,00€**

Tal como já tinha acontecido no ano anterior, o aumento nas **Quotizações – mais 43,59%** foi significativo. 2016 voltou a ser um ano em que a nossa insistência junto de alguns sócios que tinham quotas atrasadas surtiu efeito. Alguns novos sócios contribuíram também para isso.

No que diz respeito aos **subsídios no total de 19.019,11€** recebidos de

▪ Camara Municipal de Évora .....	3.350,00€ a)
▪ Fundação Casa de Bragança.....	500,00€ b)
▪ Fundação D. Manuel Conceição Santos.....	5.000,00€ b)
▪ Fundação Eugénio de Almeida.....	2.000,00€
▪ I. E. F. P. ....	7.769,11€
▪ U. Freg. Évora .....	400,00€

verificou-se um desvio de mais 86,87% , relativo aos subsídios não previstos, assinalados: a) – 50% do subsídio atribuído em 2011; b) resposta a pedidos efectuados. De notar que da **União das Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras** nos chegou também um apoio, mas em géneros (cerca de 500,00€).

Relativamente aos **Donativos e Outros Rendimentos**, não só conseguimos atingir os objectivos orçamentais como ainda os superar em 2,46%, facto que se deveu ao aumento de donativos (+10,2% face a 2015). De **Donativos** recebemos um total de **86.493.31€**, assim distribuídos:

▪ Donativos em Dinheiro -	36.732,88€
▪ Donativos em Espécie -	43.979,97€
▪ Consignação de IRS -	5.780,46€.



De realçar que contribuíram para o bom resultado alcançado em donativos os projectos “Iron-Farmer”- Ricardo Cabral e a Campanha Solidária – Remax Évora PRIME TEAM.

Em diversos eventos solidários foram angariados valores que constam de **Outros Rendimentos**, merecendo-nos especial destaque:

- Espaço Social da Pão e Paz na Feira de S. João – total de rifas e outros 1.048,67€  
(organização a cargo de **Sofia e Miguel Breyner**)
- Tampinhas – organização e transporte de **Carlos Brotas** 1.595,76€

Em retrospectiva, comparando os resultados de 2016 face a 2015, verificamos existir praticamente, o mesmo valor total de Custos. Já em relação aos Rendimentos, obtivemos um aumento de 16,44%.

## 6 – Conclusão

A cada ano que passa a Pão e Paz torna-se, cada vez mais, uma referência na intervenção social com os mais carenciados. As parcerias estabelecidas e a articulação com as diversas entidades da primeira linha de intervenção permitem uma resposta mais completa aos problemas tão heterogéneos dos nossos utentes. Este trabalho em rede é primordial, pois a Pão e Paz consegue colmatar a necessidade alimentar mas como não se encontra a cumprir os outros dois objetivos estatutários – higiene pessoal e de roupas e dormida a sem-abrigo – há necessidade que recorrer a outras respostas da comunidade. Como os problemas das famílias que recorrem à Pão e Paz são, tal como já foi referido anteriormente, bastante intrínsecos é fundamental que haja um trabalho em parceria para que não haja sobreposição de respostas que depois podem deixar a descoberto e vulneráveis, outras famílias que necessitem de apoio mas que por vezes não sabem onde recorrer. Tentamos trabalhar numa perspectiva de proximidade que deixe os utentes mais “abertos” e disponíveis para a intervenção e encaminhando-os para as respostas existentes que possam romper com os ciclos de pobreza.

Apesar de o futuro ser uma incógnita, vamos continuar a trabalhar diariamente para não faltarmos com o apoio àqueles que tanto precisam. Mas, para além das dificuldades dos nossos utentes, também nós nos confrontamos com as nossas próprias dificuldades, que são muitas. Temos de continuar a trabalhar com perseverança e esperança de que quem nos ajuda continuará a acompanhar-nos nesta jornada...

Neste trabalho que desenvolvemos diariamente os nossos voluntários e donatários são fulcrais já que são um pilar central da logística quotidiana da Pão e Paz e merecem todo o nosso reconhecimento pois sem eles não seria possível dar continuidade ao trabalho que temos desenvolvido ao longo de mais de uma década.



Há muitos a quem endereçar o nosso agradecimento. Primeiramente para todos aqueles que ao longo deste relatório foram referidos, pelos mais diversos apoios que nos prestaram. Durante o ano tivemos ainda ajudas que merecem o nosso reconhecimento. De destacar:

- A Defesa
- BCÉvora, SA
- Banco do Tempo de Évora
- Câmara Municipal de Évora
- Colégio Salesiano
- Confraria da Moenga
- Diário do Sul
- Centro de Emprego
- Restaurante D. Joaquim
- Universidade de Évora

Por fim, mas não menos importante, a nossa gratidão a:

Todos os que ao longo do ano entregaram as suas dádivas na Pão e Paz. Cada donativo é importante para nós...

Cada voluntário que, quer no dia-a-dia quer em ocasiões especiais, se prontificaram a ajudar-nos a cumprir aquilo a que nos propusemos. BEM HAJAM.

A Presidente da Direção

(Maria Teresa Caetano)

O Tesoureiro

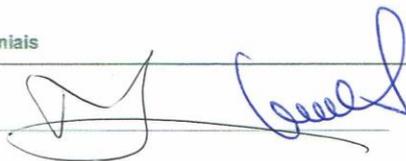
(Miguel de Melo Breyner)

**PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ESNL - Balanço em 31 de Dezembro de 2016**

Rubricas	NOTAS	Periodos	
		2016	2015
Ativo			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		39.731,68	40.933,04
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		27.655,49	28.120,94
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		123,66	114,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>67.510,83</b>	<b>69.168,56</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		12.481,49	13.509,38
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		4.640,85	4.156,94
Diferimentos		241,56	251,01
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		40.454,67	31.875,70
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>57.818,59</b>	<b>49.793,03</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>125.329,42</b>	<b>118.961,59</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		36.517,31	44.544,43
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		63.367,88	64.434,38
Resultado líquido do período		8.616,61	-8.027,12
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>108.501,80</b>	<b>100.951,69</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		1.567,76	1.407,64
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		697,97	605,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		9.928,21	12.613,62
Outras contas a pagar		4.633,66	3.382,63
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>16.827,62</b>	<b>18.009,90</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>16.827,62</b>	<b>18.009,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>125.329,42</b>	<b>118.961,59</b>

Órgão de Diretivo: \_\_\_\_\_



CC nº 15404 \_\_\_\_\_

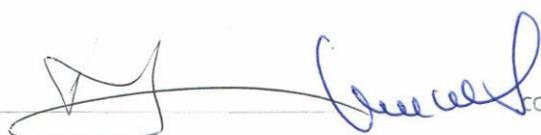


## ESNL - Demonstração de Resultados Anual por Naturezas

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		3.659,00	2.877,50
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>			
ISS, IP		0,00	0,00
Outras Entidades Públicas		19.019,11	7.125,40
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-59.011,58	-55.635,29
Fornecimentos e serviços externos		-12.869,54	-16.918,72
Gastos com o pessoal		-33.968,92	-32.003,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		94.114,38	89.658,65
Outros gastos e perdas		-689,38	-939,32
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos</b>		<b>10.253,07</b>	<b>-5.835,59</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.740,61	-2.921,81
<b>Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)</b>		<b>8.512,46</b>	<b>-8.757,40</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		104,15	732,30
Juros e gastos similares suportados		0,00	-2,02
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8.616,61</b>	<b>-8.027,12</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>8.616,61</b>	<b>-8.027,12</b>

Órgão de Diretivo:


 CC nº 15404 - BONE

# ANEXO

## 2016

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação	PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
Morada	RUA RAUL PROENÇA, Nº 53
Código postal	7000-369
Localidade	ÉVORA

### DADOS DA ENTIDADE

Número de identificação fiscal (NIF)	506083055
Classificação de atividade económica (CAE)	88990

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	10
5)	Nota 5 - Clientes e Utentes.....	10
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	11
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	11
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	11
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	12
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis.....	12
11)	Nota 11 - Associados e Membros.....	13
12)	Nota 12 - Fundos Patrimoniais.....	13
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	14
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	15
15)	Nota 15 - Provisões.....	15
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas.....	15
17)	Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados.....	16
18)	Nota 18 - Outros Rendimentos.....	16
19)	Nota 19 - Resultados financeiros.....	16
20)	Nota 20 - Eventos subsequentes.....	16
21)	Nota 21 - Informações relativas a subsídios.....	17
22)	Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais.....	17

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores expressos em euros)

**1) Nota 1 - Identificação da entidade**

A PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, tem a sua sede em ÉVORA, com o número de identificação fiscal (NIF) 506083055, com o CAE n.º 88990. A Associação tem como atividade principal ACÇÃO SOCIAL SEM ALOJAMENTO.

**2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico

Em 2016 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

**3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

## 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de PAO E PAZ ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

## 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

### 3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

### 3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Associação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Associação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

Associação encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Associação espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

### 3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

### 3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

### 3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.13. Fundo social

Esta rubrica regista as operações referentes aos Fundos Patrimoniais da entidade.

### 3.14. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

### 3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

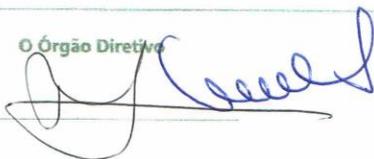
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

#### 4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-16	31-dez-15
Caixa	2.908	2.328
Depósitos à ordem	1.544	2.545
Outros depósitos bancários	36.003	27.003
Outros instrumentos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>40.455</b>	<b>31.876</b>

#### 5) Nota 5 – Clientes e Utentes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes e Utentes no final do exercício 2016 e 2015 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES E UTENTES	31-dez-16	31-dez-15
Clientes gerais	-	-
<b>Utentes</b>	-	-
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**6) Nota 6 - Fornecedores**

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2016 e 2015 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-16	31-dez-15
Fornecedores conta corrente	1.568	1.408
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.568</b>	<b>1.408</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	-

**7) Nota 7 - Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-16		31-dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

**8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-16	31-dez-15
<b>Ativo</b>	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(698)</b>	<b>(606)</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(46)	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(642)	(595)
Outros impostos e taxas	(11)	(11)
<b>TOTAL</b>	<b>(698)</b>	<b>(606)</b>

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é descrito na seguinte tabela:

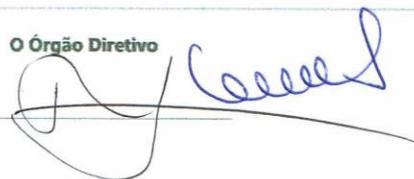
INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31-dez-16	31-dez-15
Inventário inicial	13.509	12.631
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	14.827	18.889
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	43.157	37.625
CMMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(59.012)	(55.635)
Inventário final	12.481	13.509

## 10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2016.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2016				Saldo em 31-dez-16
	Saldo em 1-jan-16	Movimento Período	Abates Transf.	Revaloriz.	
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	10.018	-	-	-	10.018
Edifícios e outras construções	30.053	-	-	-	30.053
Equipamento básico	11.795	-	-	-	11.795
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	491	74	-	-	565
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	52.356	74	-	-	52.430
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(3.757)	(601)	-	-	(4.358)
Equipamento básico	(7.523)	(551)	-	-	(8.075)
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(143)	(123)	-	-	(266)
Total de depreciações acumuladas	(11.423)	(1.275)	-	-	(12.698)
<b>Total do ativo líquido</b>	40.933	(1.201)	-	-	39.732

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**11) Nota 11 – Associados e Membros**

A decomposição de 2016 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

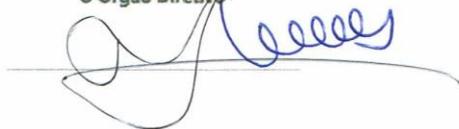
ASSOCIADOS/MEMBROS	31-dez-16	31-dez-15
Fundadores	-	-
Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Associados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Associados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Associados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
<b>Total:</b>	-	-

**12) Nota 12 – Fundos Patrimoniais**

A decomposição de 2016 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

FUNDOS PATRIMONIAIS	31-dez-16	31-dez-15
Fundos	-	-
Reservas	-	-
Resultados transitados	36.517	44.544
<b>Outras variações de fundos patrimoniais:</b>	<b>63.368</b>	<b>64.434</b>
- Subsídios	-	0
- Doações	63.368	64.434
- Outros	-	-
<b>Total:</b>	<b>99.885</b>	<b>108.979</b>

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

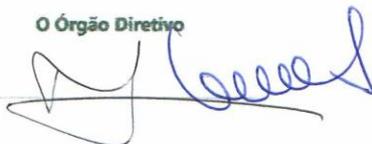


## 13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-16	31-dez-15
<b>Subcontratos</b>	-	-
Serviços especializados	2.303	2.449
Trabalhos especializados	1.438	1.270
Publicidade e propaganda	18	-
Vigilância e Segurança	443	432
Honorários	67	37
Comissões	-	-
Conservação e reparação	255	627
Outros	81	83
<b>Materiais</b>	2.075	4.447
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.385	1.942
Livros e documentação técnica	-	3
Material de escritório	690	1.021
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	1.481
<b>Energia e fluidos</b>	3.722	3.699
Eletricidade	3.183	3.218
Combustíveis	140	-
Água	399	481
Outros	-	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	733	512
Deslocações e estadas	733	512
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	4.037	5.812
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	1.192	1.164
Seguros	58	123
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	1.992	2.289
Outros serviços	795	2.236
<b>Encargos com os utentes</b>	-	-
Material desportivo e outros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.870</b>	<b>16.919</b>

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 14) Nota 14 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

GASTOS COM O PESSOAL	31-dez-16	31-dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	27.297	27.981
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	4.994	3.771
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	368	242
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	1.309	11
<b>TOTAL</b>	<b>33.969</b>	<b>32.004</b>

## 15) Nota 15 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está evidenciado na seguinte tabela:

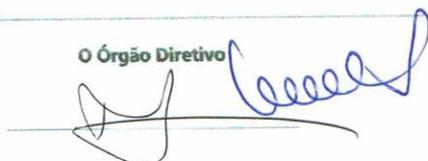
PROVISÕES	31-dez-16	31-dez-15
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

## 16) Nota 16 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-16	31-dez-15
Impostos	689	830
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	110
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>689</b>	<b>939</b>

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**17) Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados**

A decomposição de 2016 e 2015 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31-dez-16	31-dez-15
Vendas de Mercadorias	500	-
Prestação de Serviços (Quotas e jóias)	3.159	2.878
<b>TOTAL</b>	<b>3.659</b>	<b>2.878</b>

**18) Nota 18 - Outros Rendimentos**

Os outros rendimentos discriminam-se da seguinte forma:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-16	31-dez-15
Rendimentos suplementares	3.071	5.665
Descostos de pronto pagamento	-	55
Rendimentos e ganhos nos restinvestim.financeiros	1	-
Rendimentos e ganhos em investimentos	2.460	2.460
<b>Outros</b>	<b>88.582</b>	<b>81.478</b>
- Correções relativas a exercícios anteriores	-	8
- Imputação de subsídios para investimentos	1.067	2.322
- Restituição de impostos	522	662
- Donativos	86.493	78.486
- Outros	500	0
<b>TOTAL</b>	<b>94.114</b>	<b>89.659</b>

**19) Nota 19 - Resultados financeiros**

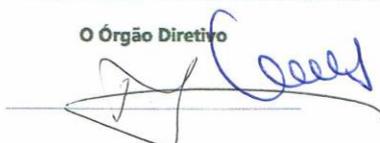
O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2016 e 2015:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-16	31-dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos	104	732
Juros obtidos	104	732
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	2
Juros suportados	-	2
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>104</b>	<b>730</b>

**20) Nota 20 - Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**21) Nota 21 – Informações relativas a subsídios**

Foram recebidos 19.019,11€ em subsídios repartindo-se da seguinte forma: Autarquias: 3.750,00€; IEFP: 7.769,11€; Outras entidades: 7.500,00€.

**22) Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais**

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e a situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

